

MEMÓRIA DA 31ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS CTGI, CTEA, CTPA, CTMH e CTAS GESTÃO 2021-2023		
<b>DATA:</b> 20/09/2022	<b>HORÁRIO:</b> 9h	<b>LOCAL:</b> Plataforma Teams
LISTA DE PRESENÇA		
Nome	Entidade	Câmara Técnica
Adriano Michel		
Camila Arantes	UFABC	CTGI e CTAS
Cláudio Leite		
Gerson S. Almeida		
Gilson Gonçalves		
José C S Lima		
Juliana		
Laura Stela (coordenadora)	SIMA	CTGI
Luciana Travassos		
Luiz Carvalho		
Marcos Moura		
Natacha Nakamura		
Paulo Alberto Teixeira		
Renata Moreira	UFABC	CTMH
Shirley Salles Emílio		
Sônia Nogueira		
CONVIDADOS		
Nome	Entidade	
Larissa Cristina Silva	FABHAT	
Beatriz Vilera	FABHAT	
Rhaismany Gabriel	FABHAT	

## 1. Abertura

Laura abriu a reunião informando das Pendências com relação às ações que serão financiadas nesse próximo ano e que serão discutidas hoje na deliberação.

## 2. Aprovação da memória da 30ª reunião das CTs

Antes de abordar efetivamente a deliberação, passou pela aprovação da memória da 30ª Reunião da Câmaras Técnicas, foi a reunião em que foi feita a indicação e hierarquização dos



ALTO  
TIETÊ

projetos, e onde discutimos sobre a deliberação e agendamos as próximas reuniões para os dias 20 de setembro, às 9:00 e a próxima, de 6 de outubro, às 14:00. Considerou aprovada a memória.

### **3. Análise de Empreendimentos indicados para investimento do FEHIDRO 2022**

Laura conduziu as alterações na deliberação com a leitura e Beatriz Vilera fez as alterações no documento. Laura ressaltou que iremos aproveitar parte do texto das deliberações anteriores que não há necessidade de alterações, pontos 9 e 10 da deliberação deverão ser alterados com inserção de novas datas.

Ainda de acordo com o texto da deliberação as indicações de empreendimentos ao FEHIDRO 2023 serão enquadradas de acordo com as suas definidas no Plano de Ação e Programa de Investimento - PA/PI 2022 – 2023. Laura Apresentou o conjunto de ações definidas para 2023 e os valores que deverão ser destinados a cada uma delas ( Sub PDC 1.2). Laura lembrou que algumas dessas ações são aquelas que regularmente não há apresentação de projetos e teremos um pouco de dificuldades quanto a isso conforme já discutido em outras reuniões.

Laura propôs para discussão do grupo que para fazer o plano diretor de drenagem, seria interessante que também fosse feito o cadastramento e georreferenciamento da rede de macro e micro drenagem, juntar isso em uma única ação. Pediu a opinião de todos.

Luiz carvalho lembrou que esse ano o comitê ficou com um valor considerável em aberto que não conseguimos utilizar e que racionalizar isso num bloco único dará mais flexibilidade ao direcionamento do recurso, portanto o fracionamento das ações não faz sentido.

Laura complementou que as ações que estão elencadas para 2023, elas somam 49.000.000,00, que é uma estimativa dos recursos FEHIDRO para 2023. Teremos ainda que criar ações para destinar que eles 18.000.000,00 que sobraram deste ano. É uma discussão posterior para o grupo de trabalho.

Beatriz corrigiu o texto juntando as ações referentes a drenagem e ficou estabelecido que uma ação dependerá da outra.

Renata Moreira também expressou sua opinião sobre a junção das ações, explicou que entende a problemática, não dá para o município pedir o recurso para a elaboração do plano de drenagem sem ter o cadastramento e georreferenciamento da rede de macro e micro drenagem, mas que a junção das ações pode acarretar projetos ruins onde o cadastro se mistura ao plano e falta informações e caracterizações para aprovação.

Gerson Almeida também manifestou opinião favorável a junção das ações e fez uma ressalva neste item de que o município tem que apresentar primeiro o cadastramento e em outra ocasião o plano diretor de drenagem e que há de se deixar isso bem claro para que o município não apresente 2 projetos.

Beatriz lembrou o que aconteceu na última chamada, as ações, elas estavam separadas, uma para elaboração do plano diretor de drenagem, o outro para cadastramento e 3 municípios

apresentaram 2 projetos. Um de cadastro e um de elaboração de revisão do plano, sendo que para se fazer o plano precisa primeiro fazer o cadastro.

Apresentaram 2 projetos sem alinhar o cronograma desses 2 e vão começar juntos, seriam indicados no mesmo período, então não dava para conciliar o cronograma, por isso veio a ideia de se juntar as ações e dentro de um único projeto fazer o plano e uma das etapas do plano, a primeira atividade seria o cadastramento, então esse projeto teria em torno de 2 anos dependendo do porte do município, para execução das etapas.

Beatriz lembrou que na última indicação de projetos não deu certo deixar as ações separadas. E que para a elaboração de um bom plano de drenagem é necessário primeiro a etapa de cadastro e pediu a ajuda de especialistas da área para a redação de um texto coerente.

Gerson sugeriu ainda que seja feito o levantamento dos municípios que tem cadastro de georreferenciamento da rede de macro e micro drenagem, os municípios que não têm cadastro não devem pedir recurso para o plano. Beatriz ressaltou que já foi feito um levantamento e que a maioria dos municípios não tem cadastro.

Laura estela e Beatriz ainda esclareceram as dúvidas de Sônia Nogueira sobre as ações ligadas à drenagem.

De acordo com sugestão de Luciana Travassos devemos acertar o texto da deliberação de algum jeito que diga que só vão ser aceitas propostas de planos diretores para municípios que tiverem o devido cadastramento de georreferenciamento da rede e deixar bem claro isso. Ou uma observação que diga que, para pedidos exclusivos de planos diretores só serão aceitos projetos cujo município apresentar cadastramento de georreferenciamento da rede de macro e micro atualizado, isso é importante também.

Além de todas estas questões foram levantadas questões referentes a redistribuição dos valores disponíveis para tais ações, usar também o saldo remanescente de 2022.

Pensar no que priorizar para destinar bem os recursos e melhorar as condições de drenagem dos municípios.

Gerson alertou para o fato que se deve pensar em favorecer e incentivar os pequenos municípios ao escolher estes projetos, já que os municípios maiores têm condições de buscar outros recursos, depois a que se pensar nos maiores.

Ainda sugerido por Luiz Carvalho que o comitê poderia dar prioridade este ano para criar esses dados básicos e priorizando, inclusive os pequenos e médios municípios, a gente, numa segunda rodada do ano que vem, iria ter uma outra posição. Já para elaboração de planos de forma mais consistente. Focar todo o dinheiro que teremos disponível para o cadastramento conseguiríamos com volume maior de dinheiro, dar solução para boa parte dos municípios, sendo que de acordo com Beatriz, poucos municípios têm.

Renata Moreira e Luciana Travassos se manifestaram favoravelmente a opinião do Luiz, Beatriz segue com a redação.

Beatriz lembrou que há a possibilidade de remanejamento dos recursos de outras ações também é uma possibilidade.

Beatriz seguiu com a redação da deliberação de acordos com as sugestões discutidas e apresentadas pelos participantes.

Foram discutidas também questões com relação aos prazos para a segunda chamada e a dificuldades em conseguir projetos para algumas ações diferentes das apresentadas nos 3 anos anteriores, que será preciso cuidado na buscar por novos projetos em 2023.

Natacha recordou que a qualidade dos projetos apresentados em 2022 foi muito baixa e por consequência a pontuação também, e que houve por assim dizer uma repescagem dos projetos, que os municípios tentaram “remendar” os projetos para que fossem indicados. Para o próximo ano devemos buscar bons projetos e não buscar formas para habilitar os projetos ruins.

Larissa abordou o ponto de estabelecer um valor máximo para cada ação uma vez que o comitê vai indicar todos os projetos habilitados, faz sentido estabelecer um valor máximo por ação. Dessa forma se limita o valor que o tomador pode apresentar, mas não limitamos o valor que a gente vai indicar, por exemplo. Houve casos nessa última chamada, que o valor que tomador apresentou um valor FEHIDRO maior, pedimos para ele ajustar, para ficar dentro do valor máximo da ação, mas depois a gente acabou extrapolando de qualquer forma porque não conseguimos outros projetos em outras ações, essa seria uma ação importante a se considerar.

Beatriz complementou que em suma limitou-se os valores e no final sobraram recursos, falou também que daí vem a importância de se remanejar o dinheiro entre as ações, que no primeiro momento tenta-se manter a proporcionalidade, contemplar todos os projetos de todas as ações previstas no plano, ai se não há projetos em todas as ações o valor pode ser remanejado.

Beatriz seguiu com a leitura e redação da deliberação.

Lembrou aos participantes que teremos no dia 29/09(9:00 h) uma nova reunião para apresentação de 2 projetos indicados em anos anteriores. São eles:

**2016-AT\_COB-11 – Promoção de sistemas agroflorestais de espécies nativas da mata atlântica em áreas de mananciais - INSTITUTO AUÁ – Totalmente concluído**

**2020-AT\_COB-124 – Plano regional de sinalização e identificação visual das áreas de mananciais dos municípios do grande ABC – Consórcio intermunicipal Grande ABC – Em conclusão física**

Beatriz lembrou ainda que temos trabalhado na FABHAT com o apoio da fundação EZUTE para acompanhar esses projetos para acompanhar, solicitando para tomadores os produtos desses projetos concluídos, estamos disponibilizando no site, chamando os tomadores para apresentar para as Câmaras técnicas e para representantes do comitê entenderem como foi esse processo de financiamento, quais são esses resultados conhecerem esses produtos.



ALTO  
TIETÊ

Infelizmente, anteriormente, o comitê não se apropriava desses produtos. A gente não tinha nem isso em arquivo. Então, está sendo feito um trabalho de coletar todos esses produtos e apresentar ao comitê quais são esses resultados, quais são os projetos.

Beatriz apresentou por fim o calendário do processo FEHIDRO do CBH-AT para 2023. E inseriu na pauta para consideração a alteração na metodologia de projetos mistos de educação ambiental e estruturais devem apresentar uma descrição mais clara no TR. Deve ser considerado obrigatório a descrição da metodologia mesmo em projetos estruturais, inserir esta observação para deixar mais claro na planilha de para os analistas na hora de pontuar. Alterado o texto referente a indicadores, objetivos e metas na intenção de ajudar os tomadores a preencher de maneira mais satisfatória os indicadores do projeto.

Laura enfatizou que embora foram discutidos e alterados os principais pontos de maneira geral ainda há alguns pontos a serem ajustados até o dia 06/10 para definirmos as ações a serem financiadas em 2023 de acordo com o PA/PI 2022/2023 e fechar este assunto.

Gerson e Laura sugeriram fazer na FABHAT como em alguns anos atrás uma oficina com os tomadores no sentido de esclarecer dúvidas sobre os assuntos mais técnicos dos empreendimentos.

Larissa lembrou sobre o treinamento FEHIDRO, que a CTEA elaborou uma proposta para fazer para 2023. Poderemos agendar uma reunião da CTA em conjunto com as demais câmaras técnicas para conversar sobre isso. O Planejamento realizado em novembro e iremos contar com a participação dos técnicos que fazem as avaliações dos projetos para passar o treinamento não só em educação ambiental, mas em áreas técnicas também.

Laura comentou que como teremos um novo MPO pode ser que ainda tenham que ser feitos alguns ajustes na deliberação para atender as exigências do novo MPO e do Novo agente técnico.

#### **4. Encerramento**

Laura encerrou a reunião pedindo para aqueles que tiverem ainda considerações pertinentes para a deliberação e que puderem que as façam antecipadamente para não ficarmos discutindo extensivamente alguns pontos que podem ser resolvidos facilmente.